



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MERCOSUL: UMA ANÁLISE COMPARADA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE ARGENTINA E BRASIL.

AGNES FRANCISCA DUARTE BEZERRA

Universidade Nacional Lomas de Zamora – UNLZ

agnesfdb@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir à compreensão do processo de internacionalização da educação superior no MERCOSUL (em especial Argentina e Brasil) no contexto da globalização, a partir de planos dos governos e das universidades federais desses países no período de 2008 a 2013. Neste sentido, foram realizadas revisões bibliográficas e exploração documental nos Ministérios da Educação e nas universidades UNLZ, UBA, UNILA, UNILAB, UFFRS, quanto ao processo de internacionalização em seus territórios acadêmicos. Os desafios encontrados estão diretamente relacionados à análise comparativa das políticas governamentais e institucionais que facilitem o processo de internacionalização da educação superior, levando em consideração o período histórico em que cada instituição foi idealizada e posteriormente criada. Contudo, apesar do processo de internacionalização educacional se desenvolver sobre bases diferentes, os resultados são similares quanto às cooperações e estratégias desenvolvidas pelas instituições. Assim, mais que pensar uma integração da educação superior no MERCOSUL, devem-se construir modelos de universidades capazes de promover uma internacionalização do conhecimento, respeitando às especificidades socioculturais dos povos para um desenvolvimento econômico e social da região.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior; Cooperação Solidária; Educação Comparada; Universidades e MERCOSUL.

1. INTRODUÇÃO.

Ao longo de todo seu processo a educação superior vem passando por inúmeras transformações, sejam políticas, administrativas, econômicas e acadêmicas. Nos últimos vinte anos, essas transformações têm se acentuado, principalmente, quando se observa a dimensão alcançada em escala planetária, exigindo-se dos países acordos comuns capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social de muitas nações. Nesse contexto, a internacionalização vem garantindo um fortalecimento da educação superior a partir de cooperações solidárias, onde acadêmicos compartilham conhecimentos já definidos ou se disponham a construir juntos com base na mobilidade e intercâmbio, que ora acontece entre os mais diversos países, sejam eles desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos.

Com a criação de blocos econômicos, a internacionalização da educação superior torna-se mais precisa no que se deseja alcançar. O MERCOSUL, bloco regional, que a priori, foi formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vem presenciando um acelerado crescimento dessa internacionalização. A existência de um fluxo cada vez mais intenso de estudantes, professores e cientistas entre os espaços das universidades dos países membros e a preservação, na maioria das vezes, do processo de comunicação bilíngue (português-espanhol) contribuem no desenvolvimento científico e cultural, garantindo respeito às desigualdades regionais.

Os acordos e tratados educacionais assinados pelos países do MERCOSUL, em especial, Argentina e Brasil estão numa escala para além do território do cone sul, pode-se dizer que esses países constroem uma internacionalização de educação superior transoceânica, ao se analisar os acordos bi e multilaterais com países europeus, asiáticos e africanos. Tais medidas e acordos geram questionamentos como, quais as políticas adotadas pelos governos de Argentina e Brasil para a construção do processo de internacionalização da educação superior; quais as cooperações internacionais compartilhadas pelas instituições, e quais as estratégias adotadas pelas universidades para atrair alunos estrangeiros para seus territórios acadêmicos. Logo, o que se percebe é a construção de novos modelos universitários ou a reestruturação daqueles já existentes, para se afirmar as novas tendências de construção de conhecimento, a internacionalização.

Este trabalho tem como objetivo contribuir à compreensão do processo de internacionalização da educação superior no MERCOSUL (em especial Argentina e Brasil) no contexto da globalização, a partir de planos dos governos e das universidades federais desses países, no período de 2008 a 2013. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, sul do Brasil, na tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, localizada na cidade de Redenção, estado do Ceará, nordeste brasileiro; a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, com sede localizada na cidade de Chapecó, Santa Catarina, na região sul; a Universidade Nacional Lomas de Zamora – UNLZ, localizada no município de Lomas de Zamora, província de Buenos Aires, na Argentina e Universidade de Buenos Aires – UBA, localizada na capital da Argentina, serão o referencial para uma análise comparada do processo de internacionalização da educação superior no MERCOSUL.

A busca pela compreensão das mudanças atuais na educação superior, não deverá deixar de ser o grande motivador para a realização de pesquisas científicas capazes de contribuir para a evolução de uma sociedade em constante processo de desenvolvimento do conhecimento.

2- Uma análise teórica.

2.1- Globalização e os Blocos Regionais – União Europeia (EU) e MERCOSUL.

O termo globalização vem sendo muito utilizado nessas duas últimas décadas e sempre conquistando amplos e complexos conceitos, mas não deixando de enfatizar sua ação nos mais diferentes aspectos das sociedades humanas, como afirma Dermival Ribeiro Rios (2009),

A globalização é um processo pelo qual a vida social e cultural nos diversos países do mundo é cada vez mais afetada por influências internacionais em razão de injunções políticas e econômicas; o intercâmbio econômico e cultural entre diversos países, devido à informatização, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, à ação neocolonialista de empresas transnacionais e à pressão política no sentido de abdicação de medidas protecionistas.

E José Dias Sobrinho (2005) que diz que:

A globalização invade todos os cantos do mundo, seja as microdimensões do cotidiano ou as grandes manifestações cada vez mais multiculturais das sociedades, (...), expande as estruturas de informação, potencializa a mobilidade, imprime novos perfis no mundo do trabalho, impulsiona o acúmulo exponencial dos acontecimentos, gera mudanças nos campos das ciências e das tecnologias, produz o declínio das certezas, aumenta a complexidade nas relações humanas e na vida em geral.

Diante do cenário atual a globalização se faz visível no intenso processo de regionalização, ou seja, a construção de blocos econômicos os quais são formados por meio de acordos e tratados entre países que comungam, quase sempre, dos mesmos objetivos. O crescimento econômico deve se dar através de habilidades ímpares de países que estão normalmente localizados em espaços geográficos contínuos e similares formando uma integração capaz de competir com o mercado global. Neste sentido, faz-se um destaque à União Europeia (EU) pioneira no processo de integração regional, pós-Segunda Guerra Mundial que vê na união algo além do fortalecimento econômico mas, para a reconstrução de sua estrutura física destruída durante os bombardeios; e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) constituído com o objetivo de fortalecer a economia dos países do cone sul americano podendo-se tornarem competidores ativos no mercado global.

A liberdade que os países têm em fazerem parte de diferentes blocos econômicos é resguardado pelo processo de globalização, permitindo aos mesmos buscarem relações econômicas que lhes favoreçam com maior chance de competição e comercialização de produtos e serviços no mercado mundial. Essa conexão entre países para a formação de blocos econômicos regionais pode se sobrepor a outros blocos, e assim inúmeras vezes, fazendo com que haja um emaranhado de redes nas mais diferentes direções. Porém, muitas vezes essas sobreposições podem trazer conflitos “ya que deben optar entre la pertinencia a uno u otro, pero sobre todo esta situación de multiplicidad de espacios produce un desgaste de energías que quita fuerzas al proyecto global de una completa integración (...)”. (Gazzola; Didriksson, 2008, p.190).

O Estado de Direito da UE, garante aos Estados-membros o poder democrático de aprovar os tratados que devem ser respeitados e seguidos por todos. Dentre os objetivos da UE, os que apresentam os maiores destaques estão relacionados à propagação da paz, tanto nos territórios nacionais quanto no mundo; a liberdade, a segurança e a justiça sem fronteiras internas, se fazem presente; além da promoção do progresso científico e técnico, neste objetivo deve-se enfatizar a importância do conhecimento científico e tecnológico construído, na maioria dos casos, nos centros acadêmicos inseridos nos espaços universitários; a proteção

da diversidade cultural e linguística faz parte do desenvolvimento cultural europeu. Contudo, não se encerra aqui os objetivos do mais completo bloco econômico regional, em se tratando de estágios de desenvolvimento.

Ao se fazer uma análise comparativa no processo de evolução do MERCOSUL em relação à União Europeia conclui-se que esse tem uma longa trajetória a percorrer para alcançar o estágio de integração regional da UE. Constituído a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai dá-se início a formação do MERCOSUL, o qual conseguiu evoluir em sua estrutura jurídica firmando o Protocolo de Brasília ainda em 1991, que trata da solução de controvérsias que vigorou no período de transição para a consolidação do bloco econômico. Posteriormente foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, em 1994, o qual é considerado o protocolo adicional ao Tratado de Assunção que firma a Estrutura Institucional do MERCOSUL, que deverá ser executado e cumprido por todos que fazem parte desse processo de integração.

Com o objetivo de integrar os quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o MERCOSUL vem avançando, complementando esse objetivo maior, com a adoção de uma política externa comum, a coordenação de posições conjuntas em foros internacionais, à formulação de políticas macroeconômicas e setoriais, e, por fim, a harmonização das legislações nacionais, com vistas a uma maior integração. (Câmara Federal Brasileira, 2013).

2.2- Globalização e Educação Superior.

Os financiamentos liberados pelos fundos mundiais direcionam as Instituições de Educação Superior (IES) no caminho que devem trilhar para atender as exigências da economia mundial. Por outro lado, a globalização estimulou a privatização das IES, no período neoliberal e mais recentemente pressiona as IES públicas a se remodelarem para que possam se desenvolver e se tornarem competitivas de modo que venham a atrair um número cada vez mais expressivo de alunos estrangeiros para seus centros acadêmicos. Essas mudanças vêm alterando os padrões tradicionais de intercâmbio entre as instituições de ensino superior, provocando uma mutação nas relações, como afirma Brunner (1994, p. 11),

(...) Esas relaciones experimentan hoy una mutación que es tan importante como aquella que se produjo con la emergencia de la enseñanza superior de masas hace algunas décadas. Se modifican los patrones tradicionales de intercambio entre las instituciones de enseñanza superior, la sociedad y el Estado; cambian las modalidades de financiamiento del sector; los gobiernos dictan nuevas leyes e ordenanzas; (...) se introducen nuevos conceptos y prácticas de administración y control a nivel de los establecimientos y del sistema.

Mas, é a partir do início do século XXI que o processo de globalização intensifica os fluxos migratórios com a mobilidade de estudantes e cientistas em busca de melhores qualificações acadêmicas, ou a simples titulação superior estrangeira obtida nas mais conceituadas universidades do mundo, normalmente localizadas nos países do norte (desenvolvidos), dominados pela língua inglesa, característica fundamental do processo de internacionalização da educação superior, como enfatiza Altbach (2009, p. 253) “El papel de los idiomas más difundidos, especialmente el inglés, a finales del siglo XX, es también el de funcionar como un elemento internacionalizante”.

Contudo, cabe destacar a crescente mobilidade de alunos em direção aos países em desenvolvimento, como Argentina e Brasil, os quais são capazes de atrair alunos e cientistas, para seus territórios acadêmicos, vindos de países desenvolvidos ou não, como resultado de investimentos realizados para o desenvolvimento científico e tecnológico nos campos

universitários, reafirmando a universidade como instituição internacional por natureza, independente de sua localização, segundo Altbach (2009, p. 253),

La universidades, más que ninguna otra institución, internacional por naturaleza. Las universidades de más alto nivel y sus académicos y científicos están directamente incluidas dentro de la red internacional. Los que están en la periferia, en cambio, pueden no estar incluidos directamente, pero de todos modos resultan afectados por ella. En un mundo en el cual las relaciones internacionales en el comercio, la ciencia y la tecnología se consideran fundamentales para la “competitividad”, el papel internacional de la academia es aún más importante.

É bom que se perceba que a internacionalização da educação superior não é apenas um fluxo motivado pela busca de uma nova afetividade e culturalidade, mas um processo que vem se transformando a partir de elementos da globalização, permitindo a movimentação de milhares de dólares em todo o mundo, contribuindo, portanto para uma dinâmica na economia mundial.

2.3- Internacionalização da Educação Superior.

As discussões sobre o processo de internacionalização da educação superior vêm, ao longo dos anos, mostrando um alto grau de complexidade e uma elevada diversidade de termos que tentam defini-la. Porém, esse processo se intensificou a partir dos anos de 1990, no então chamado sistema neoliberal quando a educação superior passou a ser incorporada como mais um produto da área de comércio internacional, controlada pelo GATTs da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo Knight (2005, p. 16), há quatro razões fundamentais que impulsionam a internacionalização, as quais são: socioculturais, políticas, econômicas e acadêmicas. Esta tende a uma dimensão internacional para a investigação e ensino, ou seja, uma ampliação horizontal dos sistemas acadêmicos em nível nacional e internacional, através de alianças estratégicas, para a produção de conhecimento com desenvolvimento social e cultural, com melhoria da qualidade para alcançar reconhecimento em escala global. Neste sentido, a internacionalização da educação superior tem conquistado muitos defensores, pois acreditasse que os estudantes devem ser preparados dentro e fora dos territórios nacionais para se tornarem sujeitos ativos num mundo que, hoje, é muito mais globalizado.

Para Acevedo Marin & Brasil (2004, p.14) “a internacionalização da educação é uma denominação para a utilização plena das atividades de cooperação internacional entre diversas instituições educacionais em todo o mundo”. Logo, percebe-se que o processo de internacionalização educacional se fortalece com a instituição de acordos bi e multilaterais, estabelecidos em cooperações internacionais, que vem fortalecer o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas (Knight, 2012). Nesse marco é válida sem dúvida, a proposta de uma genuína internacionalização da educação, construída sobre bases solidárias e respeitadas da idiossincrasia e as identidades culturais de cada povo (PONS, 2009, p.27).

Por sua vez, a internacionalização está estritamente vinculada ao processo de integração, e esta muitas vezes, atribui sua existência, às cooperações internacionais em seu sentido mais amplo. Segundo Deutsch (1990, p.10) uma integração plena se dá não somente pela via econômica, mas também pela política, social e cultural. Elas podem acontecer todas juntas ou separadamente, pois são estágios distintos de um processo integratório. A integração regional é, na maior parte das vezes, apenas definida pelo viés econômico, relegando outros aspectos que irão, de fato, dar coesão interna a um bloco regional, seja de cunho econômico ou educacional.

As discussões sobre o processo de integração vêm ganhando uma dimensão cada vez mais ampla, ao longo dos anos. Na Conferência preliminar de Havana em novembro de 1996, defendeu-se a ideia de promover a integração cultural e educativa, com a mobilidade estudantil, acadêmica e profissional, como a etapa inicial para a integração política e econômica, ou seja, uma internacionalização. Tais ideias foram reforçadas em outubro de 1998, quando da Conferência Mundial da UNESCO, onde se passa a estimular “el intercambio de conocimientos, la creación de sistemas interactivos, la movilidad de profesores y estudiantes y los proyectos de investigación internacionales.”, respetando ‘las identidades culturales y sociales’” (PONS, 2009, p.37). Porém, “a integração não é um fato acabado, nem apenas um marco, mas um processo. Este processo vai se consolidando por meio da criação de instituições supranacionais e transnacionais” (DEUTSCH, 1957 apud MARTINS, 2010, p.15).

Deve-se perceber que os elementos da globalização estão transformando o processo de internacionalização, assim como esta vem transformando a educação superior em um campo onde nem todos são classificados como ganhadores, mas há uma expansão de benefícios econômicos e sociais em uma escala global.

3- Educação Superior no MERCOSUL.

3.1- Educação Superior na América Latina – breve análise.

As primeiras universidades da América Latina foram construídas sobre as bases da igreja católica. Com a vinda dos jesuítas para o processo de catequização, muitas escolas de ensino básico foram construídas, o que permitiu, posteriormente, a oferta de cursos de graduação transformando-as, em alguns casos, em Instituições de Educação Superior (IES). Dados revelam que até 1800 existiam, aproximadamente, três dezenas de universidades no continente latino-americano. Somente a partir do início do século XX é que ocorre uma expansão da educação superior, injustificavelmente esse processo se deu de forma lenta e tardia, exemplificando-se o caso de extremo atraso de implantação de universidades no Brasil, sendo que, a primeira foi fundada no Rio de Janeiro em 1920, após os grandes movimentos de reforma das universidades na Argentina.

Autônomas em sua “origem”, as universidades latino-americanas presenciaram ao longo dos séculos grandes transformações, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, conhecido como Guerra Fria, a qual foi visivelmente intensa e sangrenta em países como Argentina, Brasil e Chile. As ações ditatoriais dos governos militares, o sufocamento da autonomia das universidades públicas e a redução dos financiamentos contribuíram para a queda relativa dos níveis de qualidade da educação superior (RAMA, 2006, p. 12). Tais mecanismos foram elementos chaves para o surgimento de um número elevado de IES privadas, justificando a massificação da oferta de matrículas no ensino superior.

Com o fim dos governos militares e as grandes transformações no espaço mundial a partir de 1991, novas políticas econômicas e, por conseguinte, educacionais foram traçadas, afetando decisivamente a educação superior na América Latina. O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, a ruptura das fronteiras comerciais, resultados do processo de globalização exigem a construção de um novo modelo de educação superior, ou seja, a internacional, que vem garantir a mobilidade estudantil, como ação da nova dinâmica de aprendizagem de grande parte da sociedade. Assim, globalização e sociedade do saber constituem dois grandes motores que estão impulsionando a massificação da educação superior na América Latina. Ocorrendo uma verdadeira metamorfose nas universidades, nas sociedades e nos governos de todo o mundo, permitindo que sistemas nacionais de educação estejam em maior sintonia e integração. (RAMA, 2006).

3.2- O Setor Educacional do Mercosul e os Planos de Ações.

O MERCOSUL é até o momento, o único bloco econômico que nasce com uma proposta de integração educacional entre os Estados Partes. A assinatura do Protocolo de Intenções, em 13 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília na Reunião de Ministros de Educação serviu para fortalecer esse objetivo, dando origem ao Setor Educacional do MERCOSUL (SEM). Tendo como missão formar um espaço educativo comum, através da concretização de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional e com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região.

Para a seguridade do item qualidade da educação, em novembro de 2007, na reunião de ministros de educação, ficou decidido que o SEM necessitava de um programa permanente de acreditação de títulos, dando origem à Acreditação Regional de Cursos Universitário MERCOSUL - ARCUSUL (substituto do MEXA e considerada uma das ações mais importantes do SEM), que “visa estabelecer e assegurar critérios regionais de qualidade de cursos de graduação para a melhoria permanente da formação em nível superior, necessária para a promoção do desenvolvimento educacional, econômico, social, político e cultural dos países da região.” (Projeto de Lei nº 1.981, 2011, p. 5).

No período atual, o MERCOSUL educativo conta com os programas e projetos a seguir, expondo na prática os avanços no processo de integração educacional, o sistema de Acreditação Regional dos Cursos Superiores dos Estados do MERCOSUL e Estados Associados – ARCUSUL; Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os cursos acreditados pelo ARCUSUL; Programa MARCA para a mobilidade de docentes do ensino superior; Programa de associação universitária para a mobilidade de docentes do ensino superior do MERCOSUL; Programa de intercâmbio de português e espanhol; Projeto de apoio da União Europeia de mobilidade do MERCOSUL na Educação Superior; Núcleo de estudos e pesquisas na educação superior do MERCOSUL; Sistema integral de fomento para a qualidade dos cursos de pós-graduação do MERCOSUL.

Assim, a integração educacional é uma etapa necessária para a organização e desenvolvimento de blocos regionais. Apesar da existência de muitos desafios, os avanços teóricos no processo de integração e na melhoria da qualidade da educação no MERCOSUL são visíveis, o que vem contribuindo para o reconhecimento em nível internacional do SEM, proporcionando a adesão de países ao processo de mobilidade e intercâmbio de acadêmicos em direção ao cone sul americano, construindo uma educação internacionalizada.

3.3- Argentina e Brasil - aspectos da internacionalização na educação superior.

A década de 1990 marca decisivamente o processo de internacionalização da educação superior em escala mundial, ganhando significativa importância com a Conferência de Havana em 1996, reforçada, posteriormente, pela UNESCO em 1998. Neste cenário, Argentina e Brasil tornam-se protagonistas em um novo paradigma da educação que se reflete em mudanças na estrutura curricular, programas e acordos internacionais vivenciados pelos governos e Instituições de Educação Superior, resultados das mais profundas transformações estimuladas pela globalização.

Contudo, o crescente desenvolvimento econômico de Argentina e Brasil contribui, decisivamente, para o surgimento de exigências com o objetivo de se obter uma melhor qualificação tecnológica e científica a ser conquistada por ambos os países. As relações internacionais tornam-se cada vez mais constantes, sejam acordos ou cooperações ligadas à educação superior instituída por ações de governos federais, através de seus ministérios de educação, relações exteriores e outros, permitindo desse modo e com maior frequência a troca e construção de conhecimento em ritmo solidário.

Tanto a LDB – brasileira, quanto a Lei de Educação Superior – argentina explicitam em seus artigos a plena liberdade para a manutenção de acordos e convênios entre as universidades, reconhecendo, portanto, a necessidade do processo de cooperação para o desenvolvimento científico. Nestes termos, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira de 1996, renova os modelos de ensino em todos os níveis, e prever as universidades autonomia para firmar contratos, acordos e convênios (art. 53, VII). A Argentina apresenta a lei de Educação Superior de 1995, onde o poder de autonomia das universidades dar a elas o direito de manter relações de caráter educativo, científico e cultural com instituições do país e estrangeiras (art. 29, N). Tais mudanças vêm garantindo a construção de um novo modelo de educação superior, baseada no processo de internacionalização e autonomia, instituída às universidades argentinas e brasileiras desde os seus primórdios e fortalecida com as leis educacionais.

Como resultado das mudanças no setor educacional, as políticas públicas desenvolvidas por Argentina e Brasil se voltam para a construção de um modelo de educação superior capaz de desenvolver sujeitos aptos a se inserirem no mundo globalizado e fazerem parte da construção do mesmo, mas tal medida se amplia num bojo em que a necessidade de se construir novos modelos universitários possa garantir a internacionalização da educação superior. Portanto, não basta reformular os modelos educacionais se a base estrutural onde esse é construído continua estático, rígido e inflexível.

Por conseguinte, o processo de internacionalização passa a ser utilizado como elemento estratégico para transformar e atualizar os sistemas de educação superior, contribuindo para o desenvolvimento dos Estados Nacionais com a adoção de medidas de integrações. Com a perspectiva de permitir o desenvolvimento científico, econômico e social, Argentina e Brasil, através de seus organismos internos, em especial, a Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vêm firmando acordos bi e multilaterais com os mais diversos países do mundo, localizados em continentes distintos. Tais aspectos demonstram a plena capacidade no processo de cooperação com países em desenvolvimento, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O intenso processo de constituição de cooperações internacionais entre governos e instituições, no campo educacional, marca decisivamente o século XXI, com maiores fluxos migratórios temporários de estudantes e cientistas, os quais se tornam as marcas mais visíveis do processo de internacionalização da educação superior na Argentina e Brasil. Tais fatos consolidam-se com o crescimento dos números de assinaturas de acordos e cooperações internacionais entre Brasil, mais que Argentina, com países que comungam da vontade de participar de um processo de integração baseado na relação educacional, sobretudo os europeus, como Espanha e França.

A internacionalização tratada se consolida nos processos de integrações, que se dão a partir de cooperações e acordos bi e multilaterais, com o objetivo de promoverem a construção e o compartilhamento de conhecimento nas mais diversas áreas, com mobilidade física de estudantes e cientistas entre os Estados. É nesta ótica de entendimento que serão analisados os aspectos da internacionalização da educação superior de Argentina e Brasil e os avanços que ambos os países deram nestes treze anos do século XXI.

4- Educação superior: programas e projetos para a internacionalização no século XXI.

4.1- Argentina e Brasil - cooperações bilaterais na educação superior.

Apesar da existência de cooperações internacionais no campo educacional entre ambos os países, os governos de Argentina e Brasil reconhecem a necessidade de se ampliar a mobilidade de acadêmicos entre eles, estreitando as parcerias e acordos com a criação de programas, como afirma a Declaração Conjunta de 31 de janeiro de 2011, onde as presidentes

Dilma Rousseff e Cristina Kirchner “determinaram que as respectivas autoridades educacionais ampliem a promoção de mobilidade acadêmica de estudantes e professores universitários de graduação e pós-graduação, por meio de programas de intercâmbio.” (<http://www.itamaraty.gov.br>).

Neste sentido, para facilitar o processo de comunicação durante o intercâmbio acadêmico, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos nas línguas oficiais, português e espanhol, construindo, portanto, a base do processo de mobilidade. Para reforçar o intercâmbio acadêmico entre Argentina e Brasil, os governos federais, através de seus ministérios de educação financiam bolsas de estudos, que permitam aos estudantes cursarem graduação e pós-graduação com reconhecimento recíproco de seus estudos.

Atualmente, a cooperação bilateral entre Argentina e Brasil se consolida com os acordos firmados para a execução de programas e projetos educacionais, tendo como objetivo a qualificação em âmbito de graduação e pós-graduação, considerados primordiais para se alcançarem as metas estabelecidas no que tange a solidariedade para o desenvolvimento dos povos de ambos os países.

4.2- Argentina e Brasil - uma análise comparada de universidades federais no processo de internacionalização da educação superior.

Com o objetivo de analisar comparativamente as novas tendências das universidades públicas de Argentina e Brasil frente ao processo de internacionalização da educação superior, no contexto da globalização, foram selecionadas cinco instituições de educação superior, sendo duas da Argentina, ou seja, a Universidade Nacional Lomas de Zamora – UNLZ e a Universidade de Buenos Aires – UBA; e três do Brasil, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana. O estudo comparado permitirá observar os avanços e similaridades de quatro dessas IES no cone sul da América Latina, e uma no nordeste do território brasileiro, além das vantagens para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Cabe destacar que, UBA e UNLZ localizadas na Argentina, constroem um histórico há décadas demonstrando de forma cada vez mais intensa os avanços acadêmicos desse país.

4.2.1- Argentina.

I- Universidad Nacional Lomas de Zamora (UNLZ).

I.I- Cooperação Internacional.

Dados não disponíveis.

I.II- Estratégias para permanência de alunos (internacionalização) na educação superior.

A primeira observação, a ser feita neste item, está relacionada à ausência de informações disponíveis acerca de possíveis cooperações internacionais estabelecidas entre UNLZ e outras instituições. Neste sentido, as estratégias enfatizadas tratam exclusivamente daquelas que estimula e garantem a permanência e conclusão dos cursos superiores pelos alunos de graduação dessa instituição.

A oferta de bolsas a alunos com escassos recursos econômicos tem como objetivos facilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho acadêmico nos estudos de graduação. Para isso foram criados alguns programas como: “El Programa Nacional de Becas Universitarias (PNBU) para alumnos de las facultades de Derecho, de Ciencias Económicas y de Ciencias Sociales. El Programa Nacional de Becas Bicentenario (PNBB) para alumnos de las facultades de Ciencias Agrarias e Ingeniería.” (http://www.unlz.edu.ar/asuntos_becas.html).

A oferta de bolsas financeiras para a manutenção e garantia de estudos em instituições de educação superior é uma realidade na Universidade Nacional de Lomas de Zamora. O que permite analisar a importância do financiamento ao desenvolvimento científico e tecnológico e, por conseguinte, de uma nação.

II- Universidad de Buenos Aires (UBA)

II.I- Cooperação Internacional.

Desde seus primeiros anos de atividades acadêmicas a inserção de professores estrangeiros, sempre, foi vista como algo positivo para o crescimento científico da Universidade de Buenos Aires. As matrículas de estudantes estrangeiros e os intercâmbios de estudantes da UBA em instituições internacionais, também vêm contribuindo para a construção de um novo espaço científico e cultural.

Os acordos, convênios e cooperações internacionais traçados pela UBA, valoriza a mobilidade de estudantes através de intercâmbios com as mais distintas instituições de nível superior, ao mesmo tempo, que busca atrair estudantes e professores estrangeiros para seus espaços acadêmicos. Tais cooperações vêm se intensificando desde o início dos anos 2000, ou mais precisamente, com a chegada da segunda década do século XXI.

II.II- Estratégias para internacionalização da educação superior.

No contexto internacional, a UBA vem se inserindo no novo modelo de educação superior com a oferta de bolsas para o financiamento de estudos, em especial, de pós-graduação em inúmeras instituições localizadas em territórios de países desenvolvidos e em desenvolvimento. O financiamento para a construção de conhecimento a partir do avanço em educação superior é a chave propulsora para a motivação e o desenvolvimento dos avanços científicos e tecnológicos que a Argentina deseja alcançar através da Universidade de Buenos Aires.

Contudo, além das bolsas ofertadas capazes de atender o deslocamento para a instituição parceira, a própria oferta de vagas e as parcerias acordadas entre a UBA e tantas outras instituições internacionais são o ápice para a inserção da Argentina no cenário da internacionalização da educação superior.

4.2.2- Brasil

I- Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

I.I- Cooperação Internacional.

Com a missão de “contribuir para a integração solidária da América Latina e Caribe, mediante a construção e a socialização da diversidade de conhecimento necessário para a consolidação de sociedades mais justas no contexto latino-americano e caribenho” (PDI 2013-2017), a Unila busca cooperações internacionais com países onde suas populações falam, principalmente, as línguas portuguesa e espanhola adotadas para o sistema bilíngue de comunicação entre as equipes que constitui seu espaço acadêmico.

As cooperações internacionais traçadas pela Unila se inserem no contexto norte-sul e sul-sul, sendo preservada a solidariedade no compartilhamento e construção de novos conhecimentos, através de intercâmbios de alunos e professores como base para o desenvolvimento científico e tecnológico das populações dos países cooperados com a participação de suas instituições universitárias e não universitárias.

I.II- Estratégias para internacionalização da educação superior.

Localizada numa posição territorial privilegiada para o intercâmbio de alunos e professores do MERCOSUL, a priori, e consecutivamente de latino-americanos a Unila cria estratégias que possam atrair alunos, principalmente, para seu espaço, garantindo a eles a permanência e conclusão dos cursos com dignidade e respeito.

A oferta de auxílios estudantis permite aos discentes, em especial os em situação econômica vulnerável a permanecer e concluir os cursos de nível superior. São exemplos desses auxílios: auxílio moradia, alimentação, transporte, saúde e psicologia, todos voltados para o bem estar e facilitadores no processo de integração entre alunos e toda equipe que compõem a universidade.

A modalidade, auxílio moradia, se subdivide em auxílio moradia, moradia estudantil própria e subsídio financeiro. Já o auxílio alimentação é gerado a partir de um benefício financeiro disponibilizado em um cartão (dinheiro de plástico) nutricard. Assim como o auxílio alimentação, o auxílio transporte funciona com o uso de cartão, neste será creditado valores correspondentes a passagens, para o deslocamento dos estudantes à universidade. Por sua vez, o auxílio saúde se dar através do serviço de enfermagem para a prevenção. Por conseguinte, o atendimento de psicologia visa prevenir e promover o restabelecimento da saúde de estudantes da UNILA.

II- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

II.I- Cooperação Internacional.

A Unilab, instituição acadêmica e científica tem por objetivo buscar uma cooperação internacional baseando-se na solidariedade com países de língua oficial portuguesa, promovendo uma integração com base no sistema de mobilidade com a participação de docentes e discentes que se mantêm entre os parceiros, como afirma os itens de VIII a X dos objetivos específicos do PDI – 2013 – 2017, p.23. A Unilab tem por objetivo:

VIII- promover a cooperação, a mobilidade acadêmica e o intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais), ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;

IX- contribuir para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica entre as instituições de países de língua portuguesa seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades;

X- propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programa de cooperação internacional que contribuam para a inserção da educação superior brasileira no cenário internacional e para o fortalecimento da cooperação solidária, com ênfase nos países de língua portuguesa;

II.II- Estratégias para internacionalização da educação superior.

A Unilab, constituída no modelo multicampi e residencial, é capaz de criar estratégias que atrai e garante a permanência de alunos, vindos em especial de países africanos e do próprio território brasileiro. Como, muitos dos estudantes vindos para a Unilab apresentam dificuldades financeiras e conseqüentemente a de garantir a conclusão dos seus respectivos cursos, o governo federal brasileiro cria programas destinados à oferta de recursos financeiros para que os estudantes possam se manter durante o período de estudo.

Além dos programas de bolsas, a Unilab garante aos estudantes moradias estudantis atendendo mais de 700 discentes. Assim, a Unilab é classificada como universidade residencial, a qual conta com uma ampla infraestrutura que permitirá uma integração científico-acadêmica, cultural e esportiva, a partir das relações de convivência entre os estudantes.

Neste conjunto, a Unilab desenvolve um amplo campo estratégico que atrai e garante a permanência de estudantes nacionais e internacionais, como o Programa de Assistência aos Estudantes (PAES), que “visa garantir direitos à assistência estudantil por meio de apoio institucional para os estudantes matriculados em cursos de graduação cujas condições socioeconômicas são insuficientes para a permanência e uma trajetória acadêmica exitosa e/ou que se encontrem em situação de extrema vulnerabilidade social”. (PDI - 2013 – 2017, p. 61).

III- Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

III.I- Cooperação Internacional.

A UFFS traça caminhos que permite cooperações com instituições de educação superior no sentido norte-sul e sul-sul, inserido no contexto solidário.

III.II- Estratégias para internacionalização da educação superior.

Construída no modelo multicampi, a UFFS lança estratégias relacionadas ao apoio financeiro, capazes de atrair alunos brasileiros a participarem de programas em graduação sanduíche alicerçados em outros países. Paralelamente, a IES é capaz de construir e desenvolver estratégias para a permanência de alunos durante o período de formação em seus próprios espaços acadêmicos.

Dentre as estratégias destaca-se o apoio financeiro para alunos interessados em ocupar vagas na graduação sanduíche. Por conseguinte, a oferta de bolsas para a manutenção das necessidades básicas como, auxílio instalação e auxílio deslocamento enfatizados no PDI – 2012/2016 (p.82 a 86), o qual especifica os Programas e auxílios de apoio financeiro.

Tais estratégias, em especial o Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil, podem atrair estudantes e permitir um intercâmbio científico e cultural garantindo à UFFS fazer parte do processo de internacionalização da educação superior.

✓ Unila e UFFS uma proposta em comum.

A Unila e a UFFS compartilham dos mesmos objetivos quando se trata da oferta de vagas nos cursos de graduação a estudantes haitianos residentes no Brasil. Desde que foram “sufocados” pelo terremoto de 2010, haitianos vem se dirigindo ao território brasileiro em busca de novas oportunidades relacionadas à qualidade de vida, mas para que possam avançar nessa questão precisam de qualificação técnica, tecnológica e de nível superior e quem sabe com a construção de novos conhecimentos, muitos, possam retornar a seu país de origem e ajudar a reconstruí-lo.

Além do objetivo de contribuir com o processo de integração à sociedade brasileira, assim como fortalecer o intercâmbio, o Pró-Haiti, visa eliminar os inúmeros casos de preconceitos e racismo pelos quais passam os haitianos, como explicar Arcelo Luis (pró-reitor da Unila em exercício, 2014), “A intenção é poder mudar a qualidade de vida e a situação socioeconômica dos haitianos que estão no Brasil através da formação acadêmica”. (<http://www.unila.edu.br/noticias/pro-haiti>).

5. Resultados.

Ao longo deste trabalho foi possível entender que, a internacionalização da educação superior é um marco no processo da globalização. A construção do conhecimento através da mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores de nível universitário vem permitindo maior integração com base no respeito à diversidade cultural entre nações desenvolvidas (norte) e sub e em desenvolvimento (sul).

A cooperação solidária norte-sul e sul-sul vem à tona como uma das principais descobertas durante as pesquisas bibliográficas.

Há uma unanimidade entre as cinco instituições analisadas, quanto ao processo de financiamento de estudantes e professores, como motivador para o avanço do conhecimento e a realização da internacionalização da educação superior. Para isso, os governos federais criam estratégias com a oferta de bolsas para o auxílio das necessidades, como moradia, transporte e alimentação de discentes e docentes em fase de intercâmbio.

6. Conclusões.

Fazendo-se uma análise comparada das universidades pesquisadas e a internacionalização da educação superior, concluiu-se que as instituições Unila e Unilab já nascem para a construção de uma educação superior internacional, promovendo a produção do conhecimento com desenvolvimento social e cultural em nível nacional e internacional, ou seja, uma cooperação solidária, com respeito mútuo, além de promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural, conceito defendido pela UNESCO.

A internacionalização permite que Unila e Unilab construam espaços educativos similares, através da concretização de políticas que articulem educação e integração com mobilidade, intercâmbio e formação de uma identidade regional, assim como formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP, fazendo parte da missão de ambas as instituições, respectivamente.

Contudo, percebem-se algumas diferenças entre elas. No contexto regional a Unila torna-se a instituição com maior afinidade ao processo de integração educacional no MERCOSUL, já que a oferta de vagas em seus cursos garante a participação de estudantes do bloco regional e de toda América Latina. Por outro lado, a Unilab privilegia acordos com países de língua portuguesa, sendo esse um dos seus objetivos. Neste cenário, a maioria dos estudantes estrangeiros que chegam à Unilab tem como origem países africanos, interligados pelo processo histórico de colonização.

A UFFS, criada no mesmo período da Unila e Unilab, tem como propósito atender a mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, através do modelo multicampi. Atualmente, vem conquistando o espaço internacional, com a assinatura de acordos e cooperações com instituições desses países e Europeus. Um dos principais destaques está relacionado à oferta de cursos superiores às populações de origem haitiana, inseridas de modo legal no Brasil com apoio do governo federal. A cooperação, entre a UFFS e o governo do Haiti se alicerça em cooperação solidária entre nações, onde se inicia o desenvolvimento social de um povo, que poderá contribuir para o desenvolvimento econômico de sua nação.

Através de acordos e convênios bi e multilaterais a UBA valoriza a mobilidade de estudantes e professores entre instituições conceituadas de países do norte e sul, respeitando o que estabelece a cooperação solidária. Contudo, apesar dos elevados números de programas que atraem estudantes para seu campo, essa universidade intensifica a assinatura de acordos com países do norte, como Estados Unidos e da União Europeia, considerados fator decisivo para seu processo de modernização e desenvolvimento.

De modo sutil, a UNLZ, promove uma internacionalização com a inserção de estudantes estrangeiros em seus campos, vindos principalmente de Brasil e África.

As instituições pesquisadas estabelecem cooperações bi e multilaterais com instituições de educação superior de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Alicerçadas na autonomia universitária essas instituições promovem cooperações capazes de contribuir tanto para o desenvolvimento científico, quanto social das comunidades onde estão inseridas reduzindo desse modo as diferenças sociais e econômicas.

De modo especial, o Brasil, representado pela Unilab, Unila e UFFS, cria programas na forma de bolsas de auxílio específico, para estudantes de origem africana e haitiana, devido a grande vulnerabilidade econômica e social em que muitos estão inseridos.

Quanto ao meio de comunicação utilizado pelas universidades, deve-se destacar a adoção do sistema bilíngue oficial (português e espanhol) pela Unila, reconhecido como estratégia para atrair estudantes, assim como forma de valorização da diversidade cultural e construção de uma sociedade mais solidária. Por conseguinte, a Unilab adota a língua portuguesa em seu sistema de comunicação, fato que estimula a vinda de estudantes dos países da CPLP.

Em alguns momentos os acordos, programas e cooperações são estimulados e assinados pelos representantes máximos dos governos federais, como presidentes, o que tem

permitido maior dinamicidade e respaldo frente aos órgãos competentes para reconhecimento bilateral dos títulos obtidos pelos estudantes, durante seu período de estudo em outros territórios nacionais.

Apesar de todo avanço no processo de integração, nem todas as instituições conseguem se inserir de forma similar nos acordos internacionais. A mobilidade, a partir dos fluxos de pessoas e informações cria e transforma culturas antes enrijecidas e isoladas do restante do mundo. Assim, mais que pensar uma integração da educação superior no MERCOSUL, devem-se construir novos modelos de universidades capazes de promover uma internacionalização do conhecimento, respeitando às especificidades socioculturais dos povos para um desenvolvimento econômico e social da região.

BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO MARIN, R. E; BRASIL, W. Internacionalização da educação superior no Brasil. Belém: UNAMAZ, 2004.
- ALTBACH, Philip G. Educación superior comparada: el conocimiento, la universidad y el desarrollo. 1ª ed. Buenos Aires: Universidad de Palermo - UP, 2009.
- ARGENTINA. Ministerio da Educação. Disponível em: < /spu/cooperacion-internacional/>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- _____. UBA-Argentina. Disponível em: . Acesso em: 04 de jan. 2015.
- BRASIL. Declaração Conjunta por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff à República Argentina – Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <>. Acesso em: 05 de fev. 2012.
- _____. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/121977.html>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- _____. Lei nº 9.394/1996. Disponível em: < ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 de mar. de 2012.
- _____. Projeto de Lei nº 1.981, de 2011. Disponível em: . Acesso em. 15 de jul. 2012.
- BRUNNER, J, J. Globalización y el futuro de la educación: tendencias, desafíos, estrategias. **Seminario sobre Prospectivas de la Educación en América Latina y el Caribe**, Chile, 23 al 25 de agosto de 2000.
- _____. Sociologia da Educação Superior nos Contextos Internacional, Regional e Local. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 3, 2009, pp. 621 a 658.
- RIOS, D. R. Minidicionário escolar de língua portuguesa. São Paulo: DCL, 2009.
- DIAS SOBRINHO, J. Dilemas da educação superior no mundo globalizado. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.
- GAZZOLA. A. L; DIDRIKSSON. A. Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. UNESCO. Caracas, 2008. Disponível em: <www.iesalc.unesco .org.ve>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- KNIGHT, Jane. Un modelo de internacionalización: respuestas anuevas realidades e retos. In: Educación superior en América Latina: La dimensión internacional. (HANS DE WIT, ISABEL CRISTINA JARAMILLO, JOCELYNE GACEL-ÁVILA Y JANE KNIGHT) 2005 MAYOL EDICIONES S.A. Bogotá, Colombia.
- _____. Cinco verdades a respeito da internacionalização. (2012). Disponível em: <>. Acesso em: 02 de out. 2013.
- MARTINS, J. R. A Unila e a integração Sul-Americana: um projeto de liderança regional brasileira. Disponível em:<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-unila-e-a-integracao-sul-americana-um-projeto-de-lideranca-regional-brasileira/46972/>. Acesso em: 15 de jul. 2013.

PONS, J. A. Educación superior: internacionalización, transnacionalización, e integración regional, papel de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC). **Revista sudamericana de educación, universidad y sociedad: Educación comparada e internacional**, Montevideo, n. 1, p. 26-43, 2009.

RAMA, C. La Tercera Reforma de la educación superior en América Latina – 1ª ed., Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2006.

UFFS. PDI 2012-2016. Disponível em: <>. Acesso em: 01 de jan. 2013.

UNILA. PDI 2013 – 2017. Disponível em: < default / files /files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2012.

UNILAB. PDI 2013 – 2017. Disponível em: <>. Acesso em: 20 nov. 2013.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009. As novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris, 2009. Disponível em: <2009.pdf/at.../file>. Acesso em: 26 de jun. 2012.